

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas
 Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Demonstrações Financeiras da Cielo S.A. ("Sociedade" ou "Cielo"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

Na obtenção da autorização emitida pelo Banco Central do Brasil para atuar como instituição de pagamento na modalidade de credenciadora em abril de 2017, a Cielo passou a observar regras comuns aplicáveis às instituições de pagamento, incluindo a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras de acordo com os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

Nesse sentido, as demonstrações financeiras individuais (controladora) foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável (aqui denominadas em conjunto como "COSIF").

Em setembro de 2018, obtivemos a autorização pelo Banco Central do Brasil (BACEN) para compra dos 70% restante da controlada Stelo pela controlada Aliança.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Repleto de desafios e com mudanças relevantes dentro e fora de nossa organização, o ano de 2018 foi, sem dúvida, de grande importância para nós. No campo econômico e político, tivemos o início de um processo gradual de retomada do crescimento, com redução dos níveis de incerteza, passadas as eleições presidenciais. Nesse contexto, a indústria de meios de pagamento apresentou números consistentemente melhores, seguindo as tendências registradas pelo setor de varejo brasileiro - assim identificadas pelo Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA).

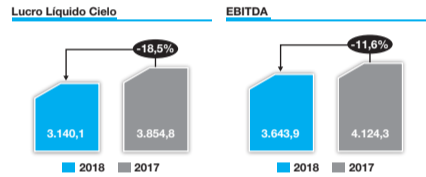
Para a Cielo e demais empresas que atuam no mercado de meios de pagamento, foi também um ano em que se estabeleceu um ambiente competitivo mais acirrado, fruto do processo de abertura do mercado e das bem-sucedidas iniciativas regulatórias implementadas pelo Banco Central do Brasil ao longo dos últimos anos. Entendendo ser esse o momento de se reafirmar como a líder da indústria, preservando sua posição de liderança nos segmentos em que já atua e procurando conquistá-la em segmentos pouco explorados pela Companhia, a Cielo adotou postura mais arrojada e agressiva, no sentido de capturar parte relevante do crescimento de um mercado que possui enorme potencial. Os primeiros sinais positivos dessas iniciativas já podem ser vistos, como a venda de 483 mil maquininhas na Stelo em seu primeiro ano de operação como subsidiária integral da Cielo.

O momento é, assim, de olhar adiante. Na longa jornada que temos pela frente, três serão os princípios norteadores: (i) cliente no centro, (ii) eficiência e (iii) evolução digital. Não há que se falar em liderança nos mais variados segmentos de nossa indústria sem termos a adequada satisfação de nosso cliente em mente. O nosso propósito como empresa é atender bem, de forma confiável, segura e com preços adequados. A partir daí, temos que empenhar nossos esforços na entrega de produtos e serviços da maneira mais eficiente possível, fazendo mais com menos, nos adequando às exigências de nossos clientes, sem perder de vista a geração de valor aos nossos acionistas. Por fim, o rápido processo de transformação testemunhado por nossa indústria requer uma estrutura crescentemente ágil, digital e preparada para o futuro.

Por tudo o que fizemos até aqui, agradecemos o empenho e a dedicação de nossos colaboradores, bem como a confiança de nossos clientes e acionistas. Temos confiança no caminho que estamos trilhando e nos resultados que podemos alcançar. Vamos em frente!

DESTAQUES 2018

- Volume financeiro da Cielo de transações totalizou R\$626,5 bilhões, aumento de 0,1% em relação a 2017, ou R\$0,9 bilhão;
- Receita líquida Cielo totalizou R\$6.450,4 milhões, redução de 5,6% em relação a 2017, ou R\$385,6 milhões;
- Aquisição de recebíveis (ARV), antes do custo de capital próprio e de terceiros, totalizou R\$1.475,5 milhões, representando uma redução de 34,3% em relação a 2017. O ARV atingiu 16,3% sobre o volume financeiro de crédito capturado pela Cielo no ano, queda de 2,1 ponto percentual em relação a 2017;
- Os gastos totais no grupo Cielo (custos e despesas) totalizaram R\$3.751,2 milhões, aumento de 8,4% em relação a 2017, ou R\$290,0 milhões;
- Lucro líquido Cielo totalizou R\$3.140,1 milhões, redução de 18,5% em relação a 2017, ou R\$714,7 milhões; e
- EBITDA consolidado de R\$3.643,9 milhões, redução de 11,6% em relação a 2017, ou R\$480,4 milhões.



DESEMPENHO OPERACIONAL 2018



Em 2018, o volume financeiro de transações na Cielo totalizou R\$626,5 bilhões, representando um aumento de 0,1% em relação a 2017, ou R\$0,9 bilhão, em comparação aos R\$625,6 bilhões de 2017. Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações totalizou R\$364,4 bilhões em 2018, apresentando um aumento de 5,9% em relação a 2017.

Como a modalidade débito, o volume financeiro de transações totalizou R\$262,1 bilhões em 2018, redução de 6,9% em relação a 2017. Adicionalmente, a Cielo capturou 6,9 bilhões de transações em 2018, um decréscimo de 5,3% em relação a 2017.

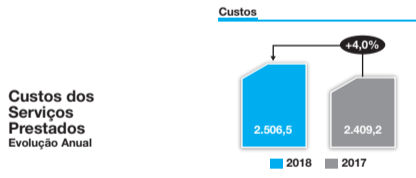
DESEMPENHO FINANCEIRO 2018

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Receita Líquida	2018	2017
Receita Líquida	6.450,4	6.836,0

A receita líquida consolidada totalizou R\$6.450,4 milhões em 2018, representando uma redução de R\$385,6 milhões ou 5,6%, quando comparada com R\$6.836,0 milhões de 2017.

A diminuição da receita líquida proveniente de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito deve-se à redução nas receitas de aluguel de equipamentos de captura, que está relacionada substancialmente ao incentivo do produto Cielo controle (queda no parque cobrado), além da redução do preço médio em virtude do ambiente competitivo e concentração em clientes do segmento Grandes Contas, compensada parcialmente pelo crescimento da receita relacionada ao produto Reciba Rápido e às receitas com licenciamento e processamento da bandeira Elo, (iniciado no segundo semestre de 2017).



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais)

Ativo Circulante	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Passivo e patrimônio líquido Circulante	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	4	36.880	15.163	Obrigações por empréstimos	12	1.032.941	2.827.084
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	269.191	Instrumentos financeiros derivativos	6	75.692	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	7.261.906	10.942.833	Outras obrigações Sociais e estatutárias	63.553.441	68.223.453	
Outros créditos		62.266.504	65.488.988	Fiscais e previdenciárias	207.103	343.599	
Rendas a receber	7	372.148	292.089	Diversas	339.720	403.393	
Diversos		62.074.333	65.331.032	Contas a pagar a estabelecimentos	63.006.618	67.476.461	
Contas a receber de emissores	7	61.618.543	64.774.155	Contas a pagar com partes relacionadas	13	52.878.277	57.377.277
Contas a receber com partes relacionadas		19.457	8.410	Outras	27	9.425.751	9.294.052
Créditos tributários	8	323.379	305.100		702.590	805.132	
Impostos e contribuições a compensar/recuperar		59.610	215.633		64.662.074	71.050.537	
Outros		53.344	27.734				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7	(179.977)	(134.133)		12	5.265.627	5.084.140
Outros valores e bens		53.576	31.986			2.465.495	2.335.092
Total do ativo circulante		69.618.866	76.748.161		14	1.755.232	1.724.985
Realizável a longo prazo						710.263	610.107
Outros créditos		2.235.128	2.213.529			7.731.122	7.419.232
Diversos		2.235.128	2.213.529				
Devedores por depósitos em garantia	14	1.624.223	1.610.072		15	5.700.000	4.700.000
Créditos tributários	8	590.668	584.005		15	71.255	62.620
Outros		20.237	19.452		15	3.583.971	5.293.153
Outros valores e bens		87	87		15	59.622	149.019
					15	(50.578)	(53.925)
Permanente						9.364.270	10.150.867
Investimentos	9	8.959.143	8.811.562			9.364.270	10.150.867
Imobilizado de uso	10	523.853	463.595				
Intangível	11	420.389	383.702				
Total do ativo realizável a longo prazo e permanente		12.138.600	11.872.475				
Total do ativo		81.757.466	88.620.636				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Receita Líquida	Nota	2º Semestre/18	Exercício/18	Exercício/17
Receita Líquida	17	3.198.594	6.450.408	6.836.036
Custo dos Serviços Prestados	18	(1.258.348)	(2.506.458)	(2.409.185)
Lucro Bruto		1.940.246	3.943.950	4.426.851
Receitas (Despesas) Operacionais				
Pessoal	18	(145.134)	(272.118)	(271.304)
Gerais e administrativas	18	(229.607)	(420.105)	(409.194)
Vendas e marketing	18	(138.973)	(256.575)	(176.059)
Equivalência patrimonial	9	251.555	542.299	(308.945)
Outras despesas operacionais, líquidas	19	(188.260)	(295.927)	(195.463)
Lucro Operacional		1.489.827	3.241.524	3.683.776
Resultado Financeiro				
Receitas financeiras	25	54.430	138.422	251.498
Despesas financeiras	25	(210.622)	(436.534)	(830.148)
Aquisição de recebíveis e FIDC	25	645.047	1.475.451	2.246.913
Variação cambial, líquida	25	2.073	(264.438)	(22.994)
		490.928	912.901	1.645.269
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		1.980.755	4.154.425	5.329.045
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Correntes	8	(604.131)	(1.039.264)	(1.492.624)
Diferidos	8	121.840	24.942	18.386
Lucro Líquido do Período		1.498.464	3.140.103	3.854.807
Lucro líquido por ação (em R\$) - Básico	16	0,55158	1,15690	1,42088
Lucro líquido por ação (em R\$) - Diluído	16	0,55140	1,15575	1,41945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Semestre findo em 30 de junho de 2018 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Receitas	Nota	2º Semestre/18	Exercício/18	Exercício/17
Vendas de serviços	17	3.549.580	7.206.746	7.608.433
Perda com créditos incobráveis e fraude	19	(140.222)	(246.800)	(180.247)
		3.409.358	6.960.146	7.428.186
Insumos adquiridos de terceiros				
Gastos com serviços prestados	(974.128)	(1.934.749)	(1.829.839)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(345.814)	(632.830)	(538.568)	
Outros gastos, líquidos	(50.910)	(65.282)	(20.873)	
(Perda) recuperação na realização de ativos	(11.324)	(13.562)	5.555	
	(1.382.178)	(2.646.423)	(2.383.618)	
Valor adicionado bruto		2.027.182	4.313.723	5.044.568
Retenções				
Depreciações e amortizações	(199.412)	(402.369)	(440.516)	
Valor adicionado líquido produzido		1.827.770	3.911.354	4.604.052
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	9	251.555	542.299	308.945
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida e aquisição de recebíveis	25	735.662	1.428.155	2.596.477
		987.217	1.970.454	2.905.422
Valor adicionado total a distribuir		2.814.987	5.881.808	7.509.474
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	(166.745)	(324.508)	(316.162)	
Participação de colaboradores e administradores no lucro	22	(37.285)	(66.416)	(73.129)
Impostos, taxas e contribuições	(901.119)	(1.915.411)	(2.436.364)	
Despesas de juros e aluguéis incorridos	(211.374)	(493.310)	(829.012)	
Dividendos e JCP pagos	(2.625.000)	(2.625.000)	(1.327.352)	
Dividendos e JCP propostos	684.557	(875.000)	(1.376.985)	
Retenção de lucros	441.979	359.897	(1.150.470)	
	(2.814.987)	(5.881.808)	(7.509.474)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre/18	Exercício/18	Exercício/17		Nota	2º Semestre/18	Exercício/18	Exercício/17
Fluxo de caixa das atividades operacionais									
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.980.755	4.154.425	5.329.045	Pagamento de processos tributários, cíveis e trabalhistas	14.a)	(5.018)	(14.125)	(15.650)
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					Diversas - Outras		49.633	(99.201)	(89.822)
Depreciações e amortizações	9, 10 e 11	199.412	402.369	440.516	Caixa proveniente das operações		770.719	1.395.428	6.369.396
Constituição (reversão) de provisão para perdas com imobilizado		4.013	2.454	(16.832)	Juros pagos	12	(183.004)	(441.260)	(807.920)
Custo residual de imobilizado e intangível baixados	10 e 11	12.144	15.550	34.060	Imposto de renda e contribuição social pagos		(315.964)	(1.044.202)	(1.684.604)
Opções de ações outorgadas	24	12.471	24.062	24.025	Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		271.751	(90.034)	3.876.872
Perdas com créditos incobráveis e fraude	19	140.222	246.600	180.247	Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14.a)	34.641	44.372	105.857	Aumento de capital em controladas, controladas em conjunto e coligada	9	(80.000)	(135.000)	-
Resultado com instrumentos financeiros		216.530	36.227	(77.130)	Aquisição de cotas de FIDC		-	-	(12.900.174)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12	177.685	398.322	683.508	Resgate de cotas de FIDC		1.287.002	2.489.765	16.281.142
Variação cambial sobre juros de empréstimos e financiamentos captados no exterior	12	38.144	469.865	99.026	Adiantamento para futuro aumento de capital		(18.114)	(18.114)	-
Equivalência patrimonial	9	(251.555)	(542.299)	(308.945)	Dividendos recebidos de subsidiárias	9	254.638	514.054	512.337
Rendimento de participação no FIDC		(1.511.816)	(2.382.686)	(2.366.706)	Adições ao imobilizado e intangível	10 e 11	(293.200)	(488.880)	(431.226)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		1.150.326	2.361.825	3.462.079
Contas a receber operacionais		(3.815.300)	2.874.797	(4.606.805)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Contas a receber com partes relacionadas		180	(11.047)	(6.749)	Aquisição de ações em tesouraria		(8.495)	(20.127)	-
Impostos antecipados e a recuperar		(83.200)	131.081	-	Venda/transfêrencia de ações em tesouraria pelo exercício de ações e opção de ações		200	8.047	25.574
Outros valores e bens (circulante e não circulante)		(10.226)	(21.530)	-	Captação de empréstimos	12	1.000.000	1.000.000	1.165.144
Devedores por depósitos em garantia	14.b)	(7.798)	(14.151)	(95.683)	Pagamento de principal de empréstimos, líquido de derivativos	12	(1.333.605)	(3.039.583)	(2.687.808)
Diversos - Outros		39.378	(26.394)	(20.148)	Dividendos e juros sobre o capital próprio		(2.625.000)	(4.001.985)	(1.962.643)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(2.966.900)	(6.053.648)	(3.459.733)
Contas a pagar a estabelecimentos		2.838.553	(4.499.000)	(2.294.667)	Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(1.544.823)	(3.781.857)	3.879.218
Contas a pagar com partes relacionadas		625.238	131.699	9.272.590	Caixa e equivalentes de caixa				
Outras obrigações		108.579	83.124	27.614	Saldo final	4	127.664	127.664	3.909.521
Impostos e contribuições a recolher		(19.945)	(9.026)	12.122	Saldo inicial	4	1.672.487	3.909.521	30.303
					Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(1.544.823)	(3.781.857)	3.879.218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais)

		Atribuído à participação dos acionistas controladores							Total da participação dos acionistas controladores	
		Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais	Retenção de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial
Saldos em 01 de janeiro de 2017		3.500.000	63.062	(103.967)	700.000	3.583.898	-	-	162.611	7.905.604
Aumento de capital	15.e)	1.200.000	-	-	-	(1.200.000)	-	-	-	-
Opção de ações e ações outorgadas	25	-	24.025	-	-	-	-	-	-	24.025
Venda/transfêrencia de ações em tesouraria pelo exercício de ações e opções de ações	25 e 15.c)	-	(24.467)	50.042	-	-	-	-	-	25.575
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	3.854.807	-	3.854.807
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:										
Reserva legal	15.e)	-	-	-	192.740	-	-	(192.740)	-	-
Juros sobre o capital próprio propostos	15.g)	-	-	-	-	-	-	(318.200)	-	(318.200)
Juros sobre o capital próprio pagos	15.g)	-	-	-	-	-	-	(325.300)	-	(325.300)
Dividendos pagos	15.g)	-	-	-	-	-	-	(1.002.052)	-	(1.002.052)
Dividendos adicionais ao mínimo obrigatório propostos	15.g)	-	-	-	-	-	1.058.785	(1.058.785)	-	-
Reserva de Orçamento de Capital	15.f)	-	-	-	-	957.730	-	(957.730)	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial:										
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	15.d)	-	-	-	-	-	-	-	(13.592)	(13.592)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		4.700.000	62.620	(53.925)	892.740	3.341.628	1.058.785	-	149.019	10.150.867
Saldos em 01 de julho de 2018		5.700.000	68.014	(51.512)	974.822	2.341.628	623.823	406.461	62.776	10.126.011
Aquisição de ações em tesouraria	15.c)	-	-	(8.495)	-	-	-	-	-	(8.495)
Opção de ações e ações outorgadas	25	-	12.471	-	-	-	-	-	-	12.471
Venda/transfêrencia de ações em tesouraria pelo exercício de ações e opções de ações	25 e 15.c)	-	(9.229)	9.429	-	-	-	-	-	200
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	1.498.464	-	1.498.464
Destinação sobre o lucro líquido do semestre:										
Reserva legal	15.e)	-	-	-	74.923	-	-	(74.923)	-	-
Juros sobre o capital próprio propostos	15.g)	-	-	-	-	-	-	(165.500)	-	(165.500)
Juros sobre o capital próprio pagos	15.g)	-	-	-	-	-	-	(152.500)	-	(152.500)
Dividendos adicionais ao mínimo obrigatório propostos	15.g)	-	-	-	-	-	-	85.677	-	(85.677)
Dividendos adicionais propostos aos mínimos obrigatórios pagos	15.g)	-	-	-	-	-	-	(1.943.227)	-	(1.943.227)
Reserva de Orçamento de Capital	15.f)	-	-	-	-	-	-	516.902	-	516.902
Ajustes de Avaliação Patrimonial:										
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	15.d)	-	-	-	-	-	-	-	(3.154)	(3.154)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		5.700.000	71.255	(50.578)	1.049.745	1.824.726	709.500	-	59.622	9.364.270
Saldos em 01 de janeiro de 2018		4.700.000	62.620	(53.925)	892.740	3.341.628	1.058.785	-	149.019	10.150.867
Aumento de capital	15.e)	1.000.000	-	-	-	(1.000.000)	-	-	-	-
Aquisição de ações em tesouraria	15.c)	-	-	(20.127)	-	-	-	-	-	(20.127)
Opção de ações e ações outorgadas	25	-	24.062	-	-	-	-	-	-	24.062
Venda/transfêrencia de ações em tesouraria pelo exercício de ações e opções de ações	25 e 15.c)	-	(15.427)	23.474	-	-	-	-	-	8.047
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	3.140.103	-	3.140.103
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:										
Reserva legal	15.e)	-	-	-	157.005	-	-	(157.005)	-	-
Juros sobre o capital próprio propostos	15.g)	-	-	-	-	-	-	(165.500)	-	(165.500)
Juros sobre o capital próprio pagos	15.g)	-	-	-	-	-	-	(465.000)	-	(465.000)
Dividendos pagos	15.g)	-	-	-	-	-	-	(216.773)	-	(216.773)
Dividendos adicionais ao mínimo obrigatório propostos	15.g)	-	-	-	-	-	709.500	(709.500)	-	-
Dividendos adicionais propostos aos mínimos obrigatórios pagos	15.g)	-	-	-	-	-	(1.058.785)	(1.943.227)	-	(3.002.012)
Reserva de Orçamento de Capital	15.f)	-	-	-	-	(516.902)	-	516.902	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial:										
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	15.d)	-	-	-	-	-	-	-	(89.397)	(89.397)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		5.700.000	71.255	(50.578)	1.049.745	1.824.726	709.500	-	59.622	9.364.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cielo S.A. ("Sociedade" ou "Cielo") foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais. A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla "CIEL3", e junto com suas subsidiárias integram os grupos do Banco do Brasil e Bradesco. As controladas diretas e indiretas da Sociedade e controladas em conjunto, que junto à Cielo também são designadas como "Grupo" ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de adquirencia, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet, processamento de informações e serviços de suporte para as empresas da área médica.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Grupo é composto pelas seguintes empresas:

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2018	31/12/2017	
Participação direta em controladas e FIDC:			
Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")	99,99	99,99	Prestação de serviços de manutenção e contato com estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito.
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno")	70,00	70,00	Prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões de crédito, débito, múltiplos, de bandeira privada e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito).
Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.
Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. ("Multidisplay")	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular.
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. ("Braspag")	99,99	99,99	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, e serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança")	99,99	99,99	Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais e participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
Cielo Cayman Island ("Cielo Cayman")	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista. A Cielo Cayman não realizou qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira no semestre findo em 31 de dezembro de 2018. A empresa se encontra em processo de encerramento.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC")	100,00	100,00	Aquisição de direitos creditórios elegíveis provenientes de transações de pagamento operacionalizadas no sistema de adquirencia da Cielo e demais ativos financeiros.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC Plus")	73,47	77,10	Aquisição de direitos creditórios elegíveis provenientes de transações de pagamento operacionalizadas no sistema de adquirencia da Cielo e demais ativos financeiros.
Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos ("FIC")	100,00	100,00	Fundo destinado à aplicação em ativos financeiros com prazo indeterminado de duração.
Participação indireta em controladas:			
M4Produtos e Serviços S.A. ("M4Produtos")	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de cartões de telefonia fixa ou celular, transporte pré-pago, e serviços de pagamento móvel.
Merchant e-Solutions, Inc. ("Me-S")	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito.
Stelo S.A. ("Stelo")	100,00	30,00	Facilitadora para pagamentos online e carteira digital, tanto para o mundo físico quanto para o comércio eletrônico.

Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:

Companhia Brasileira de Gestão de Serviços. ("Orizon")	40,95	40,95	Processamento de informações para as empresas de saúde, gestão de serviços de suporte ("back office") para operadoras de saúde, prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drograrias.
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")	50,00	50,00	Prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas.

Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:

Prevsaude Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. ("Prevsaude")	40,95	40,95	Prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios.
Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. ("Guilher")	40,95	40,95	Importação, exportação, distribuição, e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos e equipamentos de tecnologia para saúde.

Novos eventos societários: Em 18 de janeiro de 2018, a Cielo S.A., por meio da sua controlada Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança"), assinou o contrato de compra e venda com a Companhia Brasileira de Solução e Serviços ("CBSS") para aquisição de 70% de participação no capital social da Stelo S.A., passando a deter 100% do capital social da Stelo S.A. ("Stelo"). O valor de compra estabelecido foi de R\$ 87.492 apurado com base no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017. No dia 14 de setembro de 2018, após a conclusão do processo de análise e aprovação da transação por parte dos órgãos reguladores, a operação foi efetivada através da realização do pagamento e da transferência da reserva de ações em questão. Conforme definido no contrato, o valor de compra foi atualizado pela variação da taxa CDI acumulada entre a data de assinatura e a efetiva data de conclusão da operação, sendo liquidado pelo montante de R\$ 91.163. Dentro de 60 dias contados a partir da data de fechamento (14 de setembro de 2018) da aquisição, foi levantado um balanço patrimonial de referência para definição dos montantes a serem reconhecidos da operação, assim como, para apuração do valor final de compra, líquido dos ajustes previstos em contrato (divida líquida e capital de giro). Desta forma, o valor de referência da compra, apurado com base no balanço patrimonial levantado em 14 de setembro de 2018, foi de R\$ 67.320 resultando em uma compra vantajosa no montante de R\$ 18.200 reconhecida na rubrica "Outras" no grupo de contas "Outras despesas/receitas operacionais" na Demonstração do Resultado Consolidada. **Eventos significativos do período:** No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018 ocorreram, principalmente, os seguintes eventos que alteraram as demonstrações financeiras da Sociedade: *• Em AGE realizada em 20 de abril de 2018, foi aprovada o aumento de capital da Sociedade no montante de R\$ 1.000.000 a partir do saldo proveniente da reserva de pagamento de capital;* *• Em 30 de abril de 2018 houve pagamento da 3ª parcela do principal das debêntures públicas no montante de R\$ 1.533.336 e de juros no montante de R\$ 54.339;* *• Em 30 de agosto de 2018, houve a liquidação do contrato de um empréstimo em moeda estrangeira no valor de USD 316.255 e a contratação*

incertezas relacionados à obrigação. As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços. Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. **2.19 Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às informações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório. **2.20 Plano de opções de ações e de ações restritas:** A Sociedade oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores, plano de opção de compra de ações e plano de ações restritas. As opções ou ações são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção ou da ação em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

3. ADOÇÃO INICIAL DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS CONSUBSTANCIADAS NO PLANO CONTÁBIL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Em 09 de outubro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.865 que estabelece, dentre outros assuntos, os conceitos, princípios e normas gerais sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento, os quais passam a integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro ("SPB"), bem como a se submeter à regulamentação do BACEN. A Lei nº 12.865/13 e o conjunto de normas expedidas pelo CMN e pelo BACEN definem o novo marco regulatório aplicável aos arranjos de pagamento e instituições de pagamento, incluindo a atividade de credenciamento de estabelecimentos comerciais, conforme desenvolvida pela Sociedade. Este conjunto de normas têm por objetivo principal modernizar os instrumentos de pagamentos com foco na eficiência e segurança do SPB, sendo que sua aplicação, bem como a supervisão das chamadas instituições de pagamento (tal qual a Sociedade) passa a ser de responsabilidade do Banco Central. Diante dessa conjuntura, em 27 de abril de 2017, a Cielo S.A. obteve a autorização do BACEN para atuar como instituição de pagamento na modalidade de credenciadora, passando a observar regras comuns aplicáveis às instituições de pagamento, incluindo a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras de acordo com os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). Dentre as principais diferenças entre as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRSs") e as práticas contábeis adotadas no Brasil ("CPC") em relação ao novo regramento contábil do Banco Central que passou a ser adotado pela Sociedade (COSIF), destaca-se o tratamento do ágio. De forma diversa ao tratamento adotado pelas IFRSs, no âmbito do COSIF, o ágio contabilizado com fundamento na previsão de resultados futuros ("goodwill") deve ser amortizado conforme os prazos de

a. Saldo patrimonial e classificação da carteira por categoria e prazos

Taxa média ponderada do DI a.a.	31/12/2018			31/12/2017		
	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	Valor de mercado (*)	Valor de custo (*)
Disponível para venda						
Títulos privados						
Cotas de fundo de investimento - FIDC	(**)	-	-	7.171.122	7.171.122	7.171.122
Mantidos para negociação						
Títulos privados						
Cotas de fundo de investimento	98,00%	-	-	82.300	82.300	82.300
Certificados de depósitos bancários - CDB	100,20%	161	-	8.323	8.484	198
Total		161		7.261.425	7.261.906	10.903.368

(*) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas. (**) Os fundos possuem diferentes categorias de cotas, desta forma, as cotas sênior que têm uma rentabilidade de 102,95% do CDI e a cota mezanino 110% do DI - Depósito Interbancário. Já a cota subordinada júnior apresenta a rentabilidade líquida do fundo.

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 25 - Resultado financeiro. **b. Fundo de investimento em direitos creditórios:** O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC") iniciou suas atividades em 05 de agosto de 2016 sob a forma de condomínio aberto, exclusivo e com prazo indeterminado e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC Plus") iniciou suas atividades em 28 de julho de 2017 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo indeterminado. Ambos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A partir de 31 de julho de 2017, o FIDC não realizou novas aquisições de recebíveis. Os rendimentos das cotas sênior e mezanino do FIDC Plus são amortizados mensalmente, sendo possível amortização extraordinária para cotas mezanino e subordinadas desde que mantido o índice de subordinação mínimo de 20%. A agência Fitch Ratings atribuiu às cotas sênior o rating de risco "AAA". Os fundos têm por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização das cotas por meio de investimento de seus recursos proporcionalmente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais, operacionalizados no sistema de aquisição Cielo, observadas as demais regras e normas aplicáveis à matéria. Os FIDCs devem manter após 90 (noventa) dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis. Os direitos creditórios são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno (TIR) dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna é calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimentos dos direitos creditórios. A estrutura de patrimônio do FIDC e FIDC Plus em 31 de dezembro de 2018 está demonstrada a seguir:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de Terceiros
FIDC	832	1.171	1.171	-
FIDC Plus				
Senior	4.000.000	4.001.014	2.000.507	2.000.507
Mezanino	500.000	500.135	500.135	-
Subordinada	3.686.481	4.669.309	4.669.309	-
Total - FIDC Plus	8.186.481	9.170.458	7.169.951	2.000.507
Total			7.171.122	2.000.507

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão assim demonstrados:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
FIDC	1.385	215	1.171	542.539
FIDC Plus	9.199.494	29.035	9.170.458	8.741.634
Total	9.200.879	29.250	9.171.629	9.284.173

As demonstrações de resultado dos fundos nos semestres findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são apresentadas a seguir:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Receita aquisição de recebíveis	Rendimento das cotas	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro do Exercício
FIDC	20.469	2.985	(1.527)	21.927
FIDC Plus	1.584.243	71.200	(1.469)	1.653.974
Total				
	1.686.286	1.683.913	1.683.913	1.683.913
FIDC Plus	658.836	682.793	682.793	682.793

projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido à avaliação anual de recuperabilidade ("teste de *impairment*"). Nesse sentido, em linha com os preceitos do Pronunciamento Contábil nº 23 - Práticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e aprovado pela Resolução do CMN nº 4.077/11, bem como dos procedimentos de adoção inicial definidos na Circular nº 3.833/17, do BACEN, a amortização do saldo de ágio foi feita de forma retrospectiva, desde a data originária de aquisição de investimento pela Sociedade e de acordo com os prazos dos projetos que o justificaram, limitados a 5 (cinco) anos. Adicionalmente, em razão do novo marco regulatório, houve mudança no modelo de operação da Sociedade, no qual a Cielo assumiu condição de devedora, garantindo o pagamento ao estabelecimento comercial desde o momento da realização da transação, passando a reconhecer contabilmente (i) como um ativo, o direito de receber o valor de compra de produtos e serviços das instituições emissoras de cartões (*contas a receber de emissoras*), e, em contrapartida, (ii) como um passivo, a obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Sociedade (*contas a pagar a clientes*).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Sociedade é composto pelos saldos de disponibilidades apresentados abaixo e por aplicações interfinanceiras de liquidez, aplicações em cotas de fundos e certificados de depósitos bancários apresentados nas notas 5 e 6.

	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades:		
Em moeda nacional	25.574	3.650
Em moeda estrangeira	11.306	11.513
Total	36.880	15.163

Os saldos da rubrica "Disponibilidades" são constituídos por valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações no Mercado Aberto	Taxa média ponderada a.a.	0 - 30	31 - 181	181 - 365	Total em	
					31/12/2018	31/12/2017
Debêntures no Mercado Aberto						
Debêntures compromissadas	99,09% do DI	-	-	-	-	269.191
Total						269.191

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 25 - Resultado financeiro.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o saldo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos da Sociedade é composto pelos saldos apresentados abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo:		
Títulos e valores mobiliários	7.261.906	10.903.368
Instrumentos financeiros derivativos	-	39.465
Total	7.261.906	10.942.833

	31/12/2018	31/12/2017
Aquisição de recebíveis (c)	426	948
Trava de domicílio bancário (d)	9.832	11.820
Serviço de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte (e)	8.828	6.261
Outros	14.307	7.201
Contas a receber com partes relacionadas (Nota 27)	19.457	8.410
Devedores por depósitos em garantia (Nota 14b)	1.624.223	1.610.072
Créditos tributários (Nota 8a)	914.407	889.105
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	59.610	215.633
Outros	73.581	47.186
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (f)	(179.977)	(134.133)
Total	64.501.632	67.702.517
Circulante	61.943.125	65.488.988
Realizável a longo prazo	2.558.507	2.213.529
Total	64.501.632	67.702.517

(a) Correspondem aos valores a receber de bancos emissores decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, já liquidados das antecipações com bancos emissores em 31 de dezembro de 2018. (b) Correspondem substancialmente a saldos a receber de transações contestadas pelos portadores de cartão de crédito e que se encontram em avaliação pela Sociedade nas respectivas datas de balanço. ("chargeback"). (c) O saldo corresponde às aquisições de recebíveis de estabelecimentos comerciais realizadas pela Sociedade referentes às transações com cartões de crédito, que serão recebidos dos bancos emissores de cartões em até 360 dias da data da aquisição, líquido da receita com aquisição de recebíveis a ser apropriada na fluência dos prazos das operações (uma vez que está relacionada à aquisição de recebíveis por vendas a crédito à vista e parcelado, cujo vencimento original ocorre após as datas dos balanços). (d) A Sociedade oferece aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário (mediante autorização prévia do estabelecimento comercial) para bloquear qualquer transferência de recebíveis do estabelecimento para outro banco. Por esse serviço, a Sociedade recebe comissão, a qual é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores. (e) Contas a receber decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição, vale-transporte e correlatos. (f) Refere-se à provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes das operações realizadas pela Sociedade com estabelecimentos comerciais, constituída a partir da expectativa de perdas esperadas e das operações já em atraso. Os valores de 2017 foram reclassificados em relação aos saldos publicados para fins de melhor comparabilidade.

8. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS TRIBUTOS

a. Imposto de renda e contribuição social - Diferidos: Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indutíveis, e estão classificados no ativo não circulante e passivo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente. **Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo:**

	31/12/2018	31/12/2017
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	590.668	581.796
Provisão para despesas diversas	249.925	232.360
Provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e com créditos incobráveis	73.454	74.949
Total	914.047	889.105

A Sociedade não registrou imposto de renda diferido sobre amortização de ágios, em decorrência da falta de expectativa de realização desses créditos tributários. Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e provisão com créditos incobráveis e fraude, no montante de R\$ 323.379 serão realizados, principalmente, nos próximos 12 meses. A parcela dos créditos tributários sobre provisões para riscos, no montante de R\$ 590.668 serão realizadas quando do desfecho final de cada ágio, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto em relação a 26,34% das provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 14.

	Imposto de renda	Contribuição Social	Total	Valor Presente
Diferenças temporárias:				
2019	237.779	85.600	323.379	302.931
Após 2021	434.314	156.352	590.668	553.319
Total	672.093	241.952	914.047	856.250

b. Imposto de renda e contribuição social - Correntes: A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para o 2º semestre de 2018 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2º semestre/18	Exercício/18	Exercício/17
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.980.755	4.154.425	5.329.045
Alíquotas vigentes - %	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(673.456)	(1.412.505)	(1.811.875)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	108.120	214.370	218.790
Benefício fiscal de P&D	6.744	16.130	22.410
Efeito sobre a equivalência patrimonial	85.529	184.382	105.041
Efeito sobre amortização de ágio	(4.417)	(8.835)	(8.835)
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	(4.811)	(7.864)	231
Imposto de renda e contribuição social	(482.291)	(1.034.322)	(1.474.238)
Correntes	(604.131)	(1.039.264)	(1.492.624)
Diferidos	121.840	29.942	18.386

Os incentivos para Atividades Culturais e Artísticas ("Lei Rouanet"), Desportivos e para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundo do Idoso e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) são registradas na rubrica "Despesa de imposto de renda - corrente". Os incentivos fiscais registrados como despesa de imposto de renda - corrente, totalizaram R\$ 31.223 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 41.095 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017). **c. Impostos e contribuições a recolher:**

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações e imposto de renda retido na fonte	275.322	329.969
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	21.642	47.273
Imposto sobre serviços - ISS	26.184	4.690
Programa de integração social - PIS	4.714	9.827
Outros tributos a recolher	11.858	11.634
Total	339.720	403.393

A partir de 2018, após alterações da Lei Complementar nº 157/16, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") passou a ser devido no município onde os estabelecimentos comerciais, tomadores dos serviços relativos a meios de pagamento, estão domiciliados. Em março de 2018, a eficácia do 1º artigo da Lei Complementar nº 157/16 foi suspensa em decorrência de liminar deferida pelo Exmo. Ministro do STF Alexandre de Moraes. A Sociedade tem atuado nas discussões em conjunto com as associações de indústria, os demais contribuintes abrangidos e representantes dos municípios brasileiros, com o objetivo de prover meios para viabilizar a aplicação adequada da nova legislação. Adicionalmente, com a suspensão da Lei Complementar nº 157/16 e o restabelecimento da legislação anterior, a Sociedade, com base na opinião de seus assessores jurídicos, voltou a recolher o ISS no município em que está domiciliada, bem como reverteu a estimativa de ISS provisionada nos termos da Lei Complementar 157/16, desde a suspensão desta.

9. INVESTIMENTOS

	31/12/2018	31/12/2017
Em controladas	8.822.765	8.657.897
Em controladas em conjunto	119.055	110.358
Ágio na aquisição de investimentos	17.323	43.307
Total	8.959.143	8.811.562

As principais informações sobre as controladas diretas e controladas em conjunto referentes ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas informações contábeis estão demonstradas no quadro abaixo:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Receita aquisição de recebíveis	Rendimento das cotas	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro do Exercício
FIDC	20.469	2.985	(1.527)	21.927
FIDC Plus	1.584.243	71.200	(1.469)	1.653.974
Total				
	1.686.286	1.683.913	1.683.913	1.683.913
FIDC Plus	658.836	682.793	682.793	682.793

Swap taxa flutuante em US\$: 2,9660% a.a. - De 31/08/18 a 27/02/19 3,0660% a.a. - De 28/02/19 a 30/08/19 vs. taxa flutuante em R\$ (99,85% do DI)

Em 31 de dezembro de 2018, a relação de "hedge" estabelecida pela Sociedade foi eficaz, de acordo com testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por ineffectividade do "hedge" foi registrada.

7. OUTROS CRÉDITOS - CONTAS A RECEBER

	31/12/2018	31/12/2017
Rendas a receber		
Rendas a receber de transações de pagamentos	372.148	292.089
Diversos		
Contas a receber de emissores	61.618.543	64.774.155
Contas a receber de emissores (a)	61.548.307	64.709.717
Contestações de portadores de cartão de crédito - "chargeback" (b)	36.843	38.206

	% de Participação	Quantidade de ações (em milhares)		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas Líquidas	Lucro Bruto	Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	Lucro Líquido/ (Prejuízo)	Equivalência Patrimonial do exercício	Equivalência patrimonial do semestre	Investimento
		Ordinárias	Preferenciais										
Controladas:													
Servinet	99,99	11.010	-	103.619	64.223	39.396	173.550	170.910	9.721	7.502	7.502	4.468	39.396
Multidisplay (*)	91,44	16	-										

"bonds" (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. Não há cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão de "bonds".
(c) Debêntures Privadas: Em 27 de fevereiro de 2015, a Sociedade realizou a 1ª, a 2ª e a 3ª emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirografiária, não conversíveis em ações para distribuição privada. As três emissões totalizam o montante de R\$ 3.459.449 e estabelecem como data de vencimento o dia 30 de dezembro de 2023. A remuneração das Debêntures Privadas contempla juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada entre 100,00% e 111,00% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários, conforme aplicável, indicado na tabela abaixo:

	Montante principal	Remuneração
1ª emissão	2.359.449	111% do DI
2ª emissão	700.000	100% do DI até 31.03.2015 e 111% do DI após 31.03.2015
3ª emissão	400.000	100% do DI desde a data de integralização até o dia em que for destituído o "Comitê de Transição" ou até o fim do período de 9 (nove) anos, contados a partir de data base a ser definida em aditamento da Escritura. Na ocasião de qualquer um dos eventos, os juros remuneratórios se basearão na variação de 111% do DI.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente a partir da data de emissão, exceto pelo último período de capitalização que será mais curto, pois terá início em 27 de agosto de 2023 e encerrará com pagamento na data de vencimento, juntamente com o valor principal. Excepcionalmente em 27 de março de 2015, houve amortização parcial do saldo principal no montante de R\$122.324 referente à 1ª emissão das debêntures privadas. Não existem cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Privadas.
(d) Debêntures Públicas: Em 13 de abril de 2015, a Sociedade realizou a 4ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografiária, não conversíveis em ações e para distribuição pública nos termos da IN/CMV 400/03. A emissão foi realizada no montante de R\$ 4.600.000, com data de vencimento em 13 de abril de 2018. O montante de R\$ 4.600.000 foi integralmente destinado ao resgate antecipado das Notas Promissórias, emitidas em 29 de dezembro de 2014. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada de 105,8% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários. O valor principal foi amortizado em 3 parcelas iguais e anuais, em abril de cada ano, e os juros remuneratórios foram pagos semestralmente, em abril e outubro de cada ano. Em 30 de abril de 2018 foram pagos os montantes de R\$ 1.533.336 de principal e R\$ 54.340 de juros, liquidando a operação.
(e) Financiamento de P&D: Em dezembro de 2014, a Sociedade celebrou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública brasileira de fomento à ciência, tecnologia e inovação em empresas, no valor total de R\$159,8 milhões, cuja primeira parte dos recursos, no montante de R\$59,1 milhões, sendo R\$58,6 milhões líquidos de despesas de inspeção e supervisão, foi disponibilizada em junho de 2015. A segunda e terceira parte dos recursos foram disponibilizadas em 19 de janeiro e 25 de julho de 2017, nos montantes de R\$47,9 milhões e R\$52,7 milhões, sendo R\$47,5 milhões e R\$52,3 milhões líquidos, respectivamente. O financiamento foi captado com juros de 4,0% ao ano, com início de pagamento do saldo principal em 36 meses, que será realizado em 85 parcelas sucessivas mensais após o referido prazo de carência. A sociedade mantém carta fiança dada em garantia ao financiamento obtido. Não existem cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação ao financiamento obtido junto ao FINEP.
(f) Empréstimo em moeda estrangeira - "operação 4.131": Em 22 de dezembro de 2016, foi contratado um empréstimo junto ao BTMU no valor de US\$297.327, equivalente a R\$1.000.000 que contempla juros remuneratórios pré-fixados de 1,78% ao ano para o período de 22/02/2016 à 22/03/2017 e 1,88% ao ano para período de 22/03/2017 até vencimento do contrato em 22/06/2017. Adicionalmente, a Sociedade contratou Swap com o objetivo de proteger o referido empréstimo de oscilações relacionadas à variação cambial e taxa de juros, tendo a parte passiva (remuneração do banco), considerados todos os custos da operação, equivalentes a 101,4% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários. Os juros do empréstimo e as liquidações do instrumento financeiro contratado foram pagos em 22/03/2017 e 22/06/2017, este último em conjunto com o saldo principal do empréstimo. Em 31 de agosto de 2018, foi contratada nova operação junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - "BTMU" no valor de US\$239.166, equivalente a R\$ 1.000.000 que contempla juros remuneratórios pré-fixados de 3,3897% ao ano para o período de 31/08/2018 à 28/02/2019 e 3,5040% ao ano para período de 28/02/2019 até vencimento do contrato em 30/08/2019. Adicionalmente, a Sociedade contratou Swap com o objetivo de proteger o referido empréstimo de oscilações relacionadas à variação cambial e taxa de juros, tendo a parte passiva (remuneração do banco), considerados todos os custos da operação, equivalentes a 99,85% da taxa média diária de juros dos DI. Os juros do empréstimo e as liquidações do instrumento financeiro contratado serão pagos em 28/02/2019, 31/05/2019 e 30/08/2019, este último em conjunto com o saldo principal do empréstimo. Os empréstimos obtidos junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd possuem "covenants" que obrigam a Sociedade a manter o índice de endividamento Divida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 2, mensurados anualmente. A Sociedade cumpriu o índice financeiro relacionado às cláusulas restritivas de seus empréstimos e financiamentos descritos acima. A mutação dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.478.071
Novas captações	1.165.144
Pagamento de principal	(2.687.808)
Variação cambial (principal e juros)	100.043
Ajuste Marcação a Mercado (MTM)	(11.422)
Juros provisionados e encargos apropriados	875.116
Juros pagos	(907.920)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.911.224
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.911.224
Novas Captações	1.000.000
Pagamento de principal	(3.039.583)
Variação cambial (principal e juros)	469.865
Ajuste de marcação a mercado	1.491
Juros provisionados e encargos apropriados	396.831
Juros pagos	(441.260)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.298.568

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo exigível a longo prazo: A composição do saldo da rubrica "Empréstimos e financiamentos" classificado como não circulante em 31 de dezembro de 2018, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento	
2020	22.252
2021	22.252
2022	1.843.408
2023	3.359.378
2024	22.252
Total de empréstimos e financiamentos	5.269.542
Apropriação de custos na emissão de dívidas	(3.915)
Total	5.265.627

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS - CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS

	31/12/2018	31/12/2017
Contas a pagar a estabelecimento	52.878.277	57.377.277
Total	52.878.277	57.377.277

Corresponde à obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Sociedade. O saldo total do contas a pagar a estabelecimentos (contas a pagar a estabelecimentos e contas a pagar aos FIDCs decorrente das antecipações realizadas por estes) é superior ao saldo do contas a receber de emissores, apresentado no ativo, dado que, de forma geral, o prazo de liquidação dos emissores de cartão de crédito para a Sociedade é de 28 dias e o prazo médio de liquidação da Sociedade com os estabelecimentos comerciais é de 30 dias ("float" de aproximadamente dois dias). Adicionalmente à prestação de serviços de pagamento dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito para os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão os recursos das transações de cartões de crédito. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

14. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas e outros assuntos. A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, como segue:

	31/12/2017	Adições (a)	reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	31/12/2018
Tributárias	1.578.387	46.572	(10.902)	961	-	1.615.018
Cíveis	53.675	26.056	(33.912)	4.387	(9.423)	40.783
Trabalhistas	92.923	20.608	(10.743)	1.345	(4.702)	99.431
Total	1.724.985	93.236	(55.577)	6.693	(14.125)	1.755.232

	31/12/2016	Adições	reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2017
Total	1.634.748	143.838	(45.388)	7.437	(15.650)	1.724.985

(a) Corresponde substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, registrada em contrapartida às rubricas "Impostos sobre serviços" e "Outras despesas operacionais, líquidas", e ao complemento das avaliações para riscos de perdas de processos efetuadas por novos processos e por mudanças na avaliação para riscos de perdas de processos efetuadas pelos assessores jurídicos, que foram registrados em contrapartida à rubrica "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. (b) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade. (c) Durante o exercício findo em 31/12/2018, a Sociedade, por acordos judiciais ou decisões desfavoráveis, efetivou a liquidação de 1.041 ações cíveis e trabalhistas, no montante total de R\$ 14.125. **Processos tributários:** Os saldos a seguir correspondem à provisão para riscos tributários, decorrentes de divergência de interpretação em relação às autoridades fiscais e respectivos depósitos judiciais:

	Provisão para Riscos Tributários		Depósito Judicial	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Cofins - Regime não cumulativo (a)	1.517.142	1.517.142	1.517.142	1.517.142
Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (b)	17.398	17.398	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002 (c)	10.895	10.895	10.895	10.895
Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008 (d)	7.045	7.045	7.045	7.045
Outros	62.538	25.907	19.923	19.923
Total	1.615.018	1.578.387	1.555.005	1.555.005

(a) Cofins - Regime não Cumulativo - a Sociedade, em fevereiro de 2004, impetrou mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei à alíquota de 7,6%, efetuando o depósito judicial dos valores apurados mensalmente e registrando a diferença entre os regimes cumulativo e não cumulativo como provisão para riscos. Em maio de 2017, após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 570.122/RS - com repercussão geral reconhecida em relação à matéria suscitada e resultado desfavorável aos contribuintes -, a Sociedade decidiu por cessar a realização dos depósitos em juízo, passando a recolher os tributos e se beneficiar da dedutibilidade à que atende o Decreto nº 3.000/99 e a Instrução Normativa nº 1.700/17. O mandado de segurança, entretanto, permanece aguardando decisão em instância superior para solução definitiva da lide, em decorrência do acórdão ainda não publicado nos autos do Recurso Extraordinário. Em 31 de dezembro de 2018, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 1.517.142. (b) **Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM** - Em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinada ao FINAM. O processo administrativo está aguardando julgamento do recurso voluntário da Sociedade pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em 31 de dezembro de 2018, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 17.398. (c) **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002** - Em 2007, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir a CSLL (cota de ajuste) relativamente ao ano-calendário 2002, acrescida da multa de ofício (75%) e dos juros de mora, bem como multa isolada (50%) sobre os valores das "estimativas" de CSLL que não teriam sido recolhidas. Após a manutenção do auto de infração na esfera administrativa, em julho de 2011, a Sociedade optou pela discussão judicial. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente e está sendo contestado em autos de ação anulatória, distribuída em agosto de 2011. Em 1ª instância judicial, foi proferida sentença julgando improcedente a ação anulatória. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso de apelação da empresa. Em 31 de dezembro de 2018, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 10.895. (d) **Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008** - Em 2009, a Sociedade compensou o saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2008 para débitos fiscais devidos em 2009 mediante apresentação de Declaração de Compensação (PER/DCOMP). Ao apreciar referida declaração de compensação em 2012, a Secretária da Receita Federal do Brasil não homologou o crédito fiscal e, por consequência, emitiu o Despacho Decisório nº 022405395. Em janeiro de 2013, a controladora ajuizou Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal, na Vara Cível da Subseção Judiciária de Osasco/SP, com a finalidade de demonstrar e provar o crédito de saldo negativo do ano-calendário de 2008. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente. Em 31 de dezembro de 2018, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 7.045. Adicionalmente, em dezembro de 2018, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir o recolhimento de PIS e Cofins sob à alíquota de 9,25% sobre as receitas decorrentes da aquisição de recebíveis ("ARV"), relativamente aos anos-calendário 2014 e 2015, acrescido de multa de ofício e juros de mora, no montante global de R\$ 655.673. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Sociedade, a classificação do risco de perda foi estabelecida como remota. A Administração da Sociedade, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual dependente de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade. **Processos Cíveis:** Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$ 40.783 (R\$ 53.675 em 31 de dezembro de 2017), e o saldo de depósito judicial em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 11.473 (R\$ 8.460 em 31 de dezembro de 2017).

A Administração da Sociedade, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final. **Processos trabalhistas:** Referem-se às demandas trabalhistas que, em 31 de dezembro de 2018, incluíam 538 ações trabalhistas contra a Sociedade (490 ações trabalhistas em 31 de dezembro de 2017). Dentre essas ações em 31 de dezembro de 2018, 148 foram movidas por ex-empregados (179 em 31 de dezembro de 2017) e as 390 restantes (311 em 31 de dezembro de 2017) foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício. As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas como de probabilidade de perda possível. Via de regra, somente após decisão judicial de 1ª ou 2ª instâncias, as ações são reclassificadas como de probabilidade de perda provável ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral. Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$ 99.431 (R\$ 92.923 em 31 de dezembro de 2017), e o saldo de depósito judicial é de R\$ 57.745 (R\$ 46.607 em 31 de dezembro de 2017). A Administração da Sociedade, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso de 73,59% de referidas provisões para riscos trabalhistas ocorrerá em até 5 anos, e 26,41% em até 10 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade possui ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Tributárias	139.617	131.586
Cíveis	206.592	148.160
Trabalhistas	91.575	75.868
Total	437.784	355.614

b. Depósitos judiciais: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade mantém depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, cujas movimentações estão assim demonstradas:

	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Tributárias	1.555.005	-	-	1.555.005
Cíveis	8.460	3.027	(14)	11.473
Trabalhistas	46.607	11.242	(104)	57.745
Total	1.610.072	14.269	(118)	1.624.223

	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Total	1.514.389	95.714	(31)	1.610.072

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 5.700.000 (R\$ 4.700.000 em 31 de dezembro de 2017) representado por 2.714.233,626 ações ordinárias todas subscritas e integralizadas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2018 é de 2.714.233,626 (2.714.173,216 ações em 31 de dezembro de 2017). O capital social da Sociedade pode ser aumentado em até 2.400.000,000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.
b. Reserva de capital: Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágio nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social. O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 71.255 (R\$ 62.620 em 31 de dezembro de 2017).
c. Ações em tesouraria: Em 23 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Sociedade, em consonância com o artigo 8º, §3º da Instrução CVM nº 567/15, aprovou a aquisição de até 1.550.000 ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, a fim de atender ao exercício das opções e/ou ações a serem outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade ("Plano"), aprovado e aditado nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, e destinado a estatutários e não estatutários elegíveis conforme regras previstas no Plano, dentro do prazo de 365 dias contados de 22 de fevereiro de 2018 a 22 de fevereiro de 2019. Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na rubrica "Reserva de Capital" apurada durante o exercício social, observados os artigos 1º e 12 da Instrução CVM nº 10/80. Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados. A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Ações	Valor	Custo médio RS por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.641.845)	(53.925)	20,41
Venda em janeiro	270.721	5.526	20,41
Venda em fevereiro	57.346	1.171	20,41
Venda em março	306.475	6.256	20,41
Recupera em março	(490.000)	(11.758)	20,41
Venda em abril	6.003	126	21,12
Venda em junho	51.741	1.093	21,12
Venda em julho	425.000	8.975	21,12
Venda em agosto	5.118	107	21,12
Recupera em setembro	(583.254)	(8.370)	19,56
Venda em setembro	11.260	221	19,59
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.581.435)	(50.578)	19,59

d. Ajustes de avaliação patrimonial: Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira dos investimentos no exterior. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	31/12/2018	31/12/2017
Variação cambial sobre investimento no exterior	59.622	149.019

e. Reserva de lucros - Legal: Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do período, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.406/74, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.049.745 (R\$ 892.740 em 31 de dezembro de 2017).
f. Reserva de lucros - orçamento de capital: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de fevereiro de 2018, foram apreciadas as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e a proposta de orçamento de capital para o exercício social vigente, que foram submetidas à aprovação na Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de abril de 2018. A constituição do orçamento de capital fixo composta pelo equivalente a 26,2% do lucro líquido do exercício de 2017, já deduzido da reserva legal. A proposta de orçamento de capital foi justificada pela necessidade de fortalecer o capital de giro e garantir maior robustez e estabilidade financeira à Sociedade, facilitando o financiamento das suas operações, bem como o investimento em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo para viabilizar o fomento das operações de aquisição de recebíveis de vendas ("ARV"), além de prover recursos para eventual compra de ações de emissão da Sociedade. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2018, após a destinação do resultado do exercício de 2018, é de R\$ 1.824.726 (R\$ 3.341.628 em 31 de dezembro de 2017).
g. Dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas estão assegurados, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 30% sobre os lucros auferidos após a constituição da reserva legal no encerramento de cada exercício. O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da AGO. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas. Em reuniões do Conselho de Administração da Sociedade realizadas em 13 de dezembro de 2017 e 01 de fevereiro de 2018, foi aprovada, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 20 de abril de 2018, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, referentes aos resultados auferidos no 2º semestre de 2017, nos montantes de R\$ 318.200 (R\$ 270.470 líquido de IRRF) e R\$1.058.785, respectivamente, pagos em 29 de março de 2018, que somados aos proventos de R\$ 1.327.352 pagos em 29 de setembro de 2017, correspondem a 73,8% do lucro líquido. Os dividendos intercalares e os juros sobre o capital próprio, referentes ao 1º semestre de 2018, foram constituídos no montante de R\$ 1.750.000 representado pela soma dos montantes de R\$ 216.773, registrados como dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 312.500 como juros sobre capital próprio e por R\$ 1.220.727 como dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios, cujo pagamento ocorreu em 28 de setembro de 2018 conforme aprovado. As reuniões do Conselho de Administração realizadas em 30 de julho de 2018 e 20 de junho de 2018, respectivamente. No 3º trimestre de 2018 a Cielo passou a deliberar trimestralmente dividendos no montante de R\$ 875.000 constituídos com base no resultado do trimestre sendo R\$ 152.500 como juros sobre capital próprio e R\$ 722.500 como dividendos adicionais, sendo estes pagos em 26 de dezembro de 2018. No 4º trimestre de 2018 foram provisionados R\$ 165.500 como juros sobre capital próprio e serão provisionados R\$ 709.500 como dividendos após aprovação em Assembleia Geral Ordinária, totalizando o montante de R\$ 875.000 que serão pagos no 1º trimestre de 2019.
h. Capital Regulatório: A Circular do Banco Central nº 3.681/13 determina que as Instituições de Pagamentos credenciadoras devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento processadas pela instituição nos últimos doze meses. Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade mantém o capital mínimo regulatório exigido.

16. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

	Ordinárias
Ações em 31 de dezembro de 2017	2.714.173,216
Exercício de opção de compra de ações:	
Janeiro	270.721
Fevereiro	57.346
Março	306.475
Recupera de ações - Março	(490.000)
Abril	6.003
Julho	51.741
Agosto	425.000
Recupera de ações - Setembro	(583.254)
Setembro	11.260
Total	2.714.233.626

b. Lucro por ação: A seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. **Lucro por ação básico:**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas e ao Conselho de Administração da

Cielo S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cielo S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cielo S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Processo de captura, processamento e liquidação das transações

A Sociedade mantém um plano de investimentos sistêmicos contínuo com o objetivo de garantir o funcionamento e a continuidade de suas operações relacionadas à captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito e assim, por conseguinte, manter a segurança e a confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Sociedade tem implementado um processo de monitoramento do registro e liquidação das transações, que inclui conciliações, confronto de informações com relatórios de terceiros, entre outros controles internos, que suporta a integridade e precisão no registro das transações e no reconhecimento automático das receitas operacionais e outras informações apresentadas nas demonstrações financeiras, principalmente relacionadas às rubricas de saldos a pagar a estabelecimentos comerciais e saldos a receber de bancos emissores. Em função da alta complexidade inerente ao processo automático de captura, processamento e liquidação das transações, que entre outros é a base para o reconhecimento de receitas operacionais e que pode impactar o valor registrado nas demonstrações financeiras, da importância dos controles internos de monitoramento e da relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o suporte técnico de nossos especialistas em tecnologia, efetuamos a avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles gerais chave de tecnologia da informação associados com a captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito e contas relacionadas. Tal avaliação considera os aspectos de acesso lógico e físico, mudanças e desenvolvimento de sistemas em programas e infraestrutura, cópia e armazenamento de informações (*backup*), além dos controles chave automatizados relacionados aos processos de negócio definidos como relevantes, executando mapeamento e avaliação de interfaces contábeis, de controles de acesso, configurações de regras de negócio e cálculos automatizados. Aplicamos ainda, testes por amostragem sobre os controles chave relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos das contas patrimoniais relacionados às transações realizadas (captura, processamento e liquidação das operações) e do registro da respectiva receita operacional, bem como, efetuações, por meio de amostragem, testes sobre as conciliações contábeis dos principais saldos, avaliando a documentação suporte e a integridade dos registros efetuados. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras descritas nas notas explicativas nº 7 e nº 13.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis o processo de captura, processamento e liquidação das transações e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

 Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida

Conforme descrito na nota explicativa nº 9, as demonstrações financeiras incluem valores de ativos intangíveis com vida útil definida cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Administração. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à preparação e revisão do plano de negócios, orçamento e análises para verificação de evidências de indícios de perda no valor recuperável dos ativos intangíveis. Adicionalmente analisamos, com o suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados no modelo de avaliação utilizado pela Administração para teste de impairment, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto, projeções de fluxos de caixa e estimativas de rentabilidade, bem como efetuações a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos neste modelo. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras descritas na nota explicativa nº 9.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis a mensuração dos ativos intangíveis de vida útil definida e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, e apresentadas como informação complementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderíamos afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 28 de janeiro de 2019


 KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP028567/O-1 F-SP

 João Paulo Dal Poz Alouche
 Contador CRC 1SP24578/O-2